

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.938 - SP (2019/0293381-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **J H DE L B S (MENOR)**
REPR. POR : **C H B DA S**
ADVOGADO : **CARLOS HENRIQUE BASTOS DA SILVA - SP256850**
EMBARGADO : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**
ADVOGADOS : **ALBERTO MARCIO DE CARVALHO - SP299332**
: **LUCAS CANGIANO MAGALHÃES - SP368878**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão (e-STJ fls. 447/450) que deu provimento o recurso do autor para restabelecer a sentença.

O embargante aduz, em síntese, que há omissão na decisão embargada e afirma que (e-STJ fl. 454):

Assim, a parte embargante, com o máximo respeito possível, requer o esclarecimento do motivo pelo qual Vossa Excelência, em que pese estar presente o princípio da causalidade, não indicou a verba sucumbencial devida (custas e honorários).

Vale notar que o trabalho desenvolvido pela parte autora recorrente, embargante, durante todo o curso do processo, envolveu grande dedicação, tomando-lhe preciso tempo profissional, sendo correto afirmar que nesta instância recursal a verba sucumbencial deve ser assignada.

Embora possa haver efeitos infringentes, o efeito integrativo deve ser reconhecido, de tal forma que é de rigor que a sucumbência integral sobre a parte ré, ora embargada, o que se requer.

A embargada apresentou impugnação (e-STJ fls. 458/460).

É o relatório.

Decido.

Razão assiste à parte embargante.

A Segunda Seção, quando do julgamento do AgInt nos EREsp n. 1.539.725/DF, de minha relatoria, explicitou os requisitos para a majoração dos honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015. Confira-se a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Os embargos de divergência não podem ser admitidos quando inexistente semelhança fático-processual entre os arestos confrontados.

2. No caso, a TERCEIRA TURMA apreciou controvérsia sobre a prescrição envolvendo violação extracontratual de direitos autorais.

O paradigma (REsp n. 1.211.949/MG), no entanto, enfrentou questão relativa ao prazo prescricional para execução de multa cominatória, por descumprimento de decisão

judicial que proibia o réu de executar obra musical. Constatase assim a diferença fático-processual entre os julgados confrontados.

3. A jurisprudência de ambas as turmas que compõem esta SEGUNDA SEÇÃO firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado, segundo o qual é de 3 (três) anos, quando se discute ilícito extracontratual, o prazo de prescrição relativo à pretensão decorrente de afronta a direito autoral. Precedentes.

4. As exigências relativas à demonstração da divergência jurisprudencial não foram modificadas pelo CPC/2015, nos termos do seu art. 1.043, § 4º.

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

7. Com a interposição de embargos de divergência em recurso especial tem início novo grau recursal, sujeitando-se o embargante, ao questionar decisão publicada na vigência do CPC/2015, à majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do § 11 do art. 85, quando indeferidos liminarmente pelo relator ou se o colegiado deles não conhecer ou negar-lhes provimento.

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados *ex officio*, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, julgado em 9/8/2017, DJe 19/10/2017.)

No presente caso, a decisão foi pelo conhecimento e provimento integral do recurso, restabelecendo-se a sentença em razão da indevida recusa ao custeio do tratamento prescrito ao infante, motivo pelo qual é incabível a majoração de honorários recursais.

Ressalte-se que o provimento do recurso com o restabelecimento da condenação ao pagamento de indenização por danos morais implica a manutenção da sucumbência conforme arbitrada em primeira instância.

Em face do exposto, ACOLHO os embargos de declaração modificando a parte dispositiva da decisão embargada para que assim passe a constar:

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para restabelecer a sentença, condenando a recorrida ao pagamento de indenização por danos morais. Mantida a sucumbência fixada na origem.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília - DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator